

# NOTA DE SOLIDARIEDADE

FRENTE INDEPENDENTE POPULAR - RJ

A Frente Independente Popular do Rio de Janeiro (FIP-RJ) defende de modo **incondicional a luta dos moradores** da Favela do Metrô-Mangueira pelo **direito à moradia**, que mais uma vez está sendo violado. Essa é uma mobilização política que se prolonga desde 2010, quando a Prefeitura iniciou a pressão para remover essa comunidade, atendendo aos interesses de **empresários e empreiteiras** – e como pano de fundo a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Para construir um Polo Automotivo, além de instalações como um parque infantil e uma academia da terceira idade, a prefeitura iniciou as remoções da favela. O gasto previsto é de mais de **trinta milhões de reais**. Isso, sem contarmos as vidas que estão envolvidas e que estão sendo removidas à força de suas casas. **Como saber e calcular este valor?**

As famílias vivem há anos e nunca foram contempladas com sequer mil reais de investimento da prefeitura. Nada de saneamento básico ou qualquer direito foi respeitado. Ali, na Favela do Metrô-Mangueira, as famílias estão em condições insalubres, de miséria. E por mais absurdo que pareça, precisam lutar para viver na miséria. Enquanto isso, os governantes dão regalias, apoios e privilégios aos burgueses, garantindo seus lucros.

Para garantir os interesses do **estado capitalista**, a polícia iniciou as remoções à força e agrediu diversos moradores: homens, mulheres, crianças, inclusive crianças menores de 10 anos de idade e também uma mulher grávida. Policiais usaram armas de fogo para retirar as famílias que resistiam. São incontáveis os abusos aos direitos humanos.



## O “ACORDO”

Diante da luta travada pelos moradores da favela, a prefeitura tentou impor um “acordo” no fim da semana passada. O acordo proposto pela prefeitura não foi realizado com a presença de todos os moradores que vivem na favela, sendo assim, foi feito sem a **concordância dos próprios moradores**. Não houve **assembleia e nem reunião** para que todos os moradores pudessem participar e decidir uma proposta. Trata-se de um acordo que beneficia, de modo unilateral, a Prefeitura, pois implica a retirada em 15 dias de todas as famílias e a derrubada das casas.

A proposta da Prefeitura é o pagamento de Aluguel Social para dezoito famílias, e posteriormente colocá-las no programa Minha Casa, Minha Vida. O **Aluguel Social** de valor variável – normalmente em torno de **R\$ 400 reais** – é um **benefício temporário** e tem apresentado inúmeros problemas. Muitas famílias que foram cadastradas já denunciaram problemas no seu recebimento. Primeiramente, o valor pago não é suficiente para sustentar qualquer família no Rio de Janeiro, muito menos alugar um imóvel que dê o mínimo de qualidade de vida. É comum, também, que os pagamentos não sejam realizados corretamente. Às vezes, mesmo após cadastradas, as famílias não recebem nada. Ou então os governantes pagam um ou dois meses de aluguel e, depois, com a desarticulação da luta, não pagam mais.

Além disso, o cadastramento (ou recadastramento) dos moradores da favela Metrô-Mangureira foi feito às pressas sem ter sido realizada qualquer contagem das famílias que têm necessidade de apoio. Apenas dezoito famílias foram “contempladas” pela Prefeitura, sendo unânime entre os moradores a opinião de que isso não representa nem mesmo a metade dos que moram na comunidade. Ou seja, é enorme a chance de muitas famílias – após perderem suas casas – nada receberem.

## **AS MANOBRAS DO GOVERNO E SEUS AGENTES**

Esse acordo é uma manobra para pôr fim ao movimento e desarticular a luta dos moradores. A postura de legitimação desse acordo espúrio é inadmissível e deve ser repudiada. Na última quinta-feira 09/01 Marcelo Chalréo (presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ), Eloísa Samy (advogada do Instituto dos Defensores de Direitos Humanos, DDH) e dois representantes do núcleo de terras da Defensoria Pública acompanharam representantes da Prefeitura à comunidade para dizer que as famílias deveriam sair, agindo de forma coercitiva e implantando medo, a fim de minar a luta dos moradores e forçá-los a aceitar a remoção.

Essas pessoas sequer se preocuparam em ouvir as famílias antes de formar opinião. Não abriram a boca para falar nada sobre a presença ostensiva da polícia para aterrorizar os moradores, não negociaram a saída da polícia e do Choque que, até hoje, permanecem na entrada da favela.

A FIP-RJ condena energicamente a postura da advogada Eloísa Samy, que se apresenta como “advogada representante dos moradores”, mas que atuou na verdade, todo o tempo, como advogada da Polícia Militar e da Prefeitura do Rio de Janeiro. Desde a última terça-feira, quando a manifestação dos moradores ganhou contornos de uma verdadeira **REBELIÃO POPULAR**, a preocupação de Samy não foi, em momento algum, a defesa do direito de **manifestação e resistência**, e sim, a tentativa de controlar o protesto dos moradores, concordando inclusive com a presença policial no interior da comunidade.

A revolta das famílias, e o fato de que esse acordo não é representativo da sua vontade, expressou-se na chuva de ovos que lançaram contra aqueles que defendiam a proposta da Prefeitura, e na realização, horas depois, de nova manifestação na Radial Oeste.

## **VIVA A LUTA DO POVO! RESISTIR É UM DIREITO!**

Para nós da FIP-RJ o direito à moradia não se negocia. Estamos falando de vidas, de famílias inteiras que precisam de um teto para viver. Defendemos a justa rebelião do povo pobre, e com ele lutaremos até o fim.

**FRENTE  
INDEPENDENTE  
POPULAR**

frenteindependentepopular.noblogs.org

frenteindependentepopular@hush.com

facebook.com/FIPRJ